

CAIXA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERNAMBUCO – CAAPE

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Data da última atualização: 06/11/2023

O Compromisso da CAAPE com a proteção de dados pessoais e a privacidade dos titulares de dados pessoais

A Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco – CAAPE teve seu Estatuto aprovado em 1984, na gestão do presidente da OAB-PE Hélio Mariano e seu Regimento Interno, com alterações posteriores, permaneceu em vigência até a promulgação da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), que, em seu art. 45, IV, incluiu a Caixa de Assistência como órgão da OAB, regida por Estatuto próprio.

A CAAPE é o braço assistencial da OAB Pernambuco, atendendo as advogadas, advogados, estagiárias e estagiários com inscrição na Ordem e empenha-se em proteger a privacidade e os dados pessoais dos advogados, colaboradores, parceiros, prestadores de serviços, agentes públicos, estudantes, estagiários, visitantes e todos os demais titulares de dados que se relacionam com a instituição (em conjunto, “Titulares”, ou, individual e indistintamente, “Titular”), em observância à legislação vigente, particularmente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 ou, simplesmente, LGPD) e às normas legais e regulamentares que regem a advocacia.

Esse compromisso constitucional e legal está refletido na presente Política de Privacidade da CAAPE (“Política de Privacidade” ou, simplesmente, “Política”), cujo objetivo é descrever como a CAAPE realiza o tratamento e a proteção de dados pessoais dos Titulares que utilizam ou acessam o site da instituição <<https://caape.org.br/>>, ou os serviços, convênios, benefícios, Ações e programas, fornecidos pela CAAPE, ou, ainda, que participam de eventos ou pesquisas divulgados no site (em conjunto, “Serviços CAAPE”).

Nesse sentido, esta Política esclarece as regras sobre o tratamento, a coleta, registro, armazenamento, uso, compartilhamento, divulgação, eliminação e demais modalidades de tratamento de dados pessoais dos Titulares que utilizam ou acessam o site da CAAPE, ou os demais Serviços CAAPE, além de apresentar os direitos que podem ser por eles exercidos, informar o canal de comunicação para o exercício desses direitos e indicar o Encarregado de Proteção de Dados da CAAPE.

Esta Política harmoniza-se com a política de Privacidade da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco, para as atividades institucionais da CAAPE.

PARA UTILIZAR OU ACESSAR O SITE OU OS SERVIÇOS CAAPE, O TITULAR EXPRESSAMENTE ACEITA OS TERMOS DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE, DECLARANDO SER MAIOR DE 18 (DEZOITO) ANOS, ESTAR EM PLENA CAPACIDADE CIVIL E DE TER LIDO E COMPREENDIDO AS REGRAS DESTA POLÍTICA.

Definições importantes

Os termos empregados neste documento seguem as definições estabelecidas no Artigo 5º da LGPD, valendo destacar os seguintes:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Tratamento de dados pessoais: qualquer operação realizada com dados pessoais, de um modo automatizado ou não, tais como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Agentes de Tratamento: são aqueles responsáveis pelo tratamento de dados pessoais na forma estabelecida na Lei nº 13.709/2018: o Controlador, de um lado, que é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais; e o Operador, de outro lado, que, a seu turno, é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão vinculado à Presidência da República, dotada de autonomia técnica e decisória, que é responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 em todo o território nacional.

A quem se aplica esta Política de Privacidade?

A presente Política de Privacidade aplica-se a todos os Titulares e seus dependentes que utilizam ou acessam o site da CAAPE, ou os Serviços CAAPE, sejam esses advogados, colaboradores, parceiros, prestadores de serviços, agentes públicos, estudantes, estagiários, visitantes ou quaisquer outros titulares de dados pessoais que se relacionam com a instituição.

Quais dados pessoais são coletados?

Quando o Titular utiliza ou acessa o site da CAAPE, ou aos Serviços CAAPE, a CAAPE realiza a coleta de diversos dados pessoais, conforme abaixo descrito:

➤ **DADOS DE CADASTRO**

A CAAPE consulta o sistema da OAB-PE, do CFOAB, bem como mantém o cadastramento em distintos sistemas de cadastro para advogados e estagiários, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e outros Titulares que utilizam determinados serviços ou participam de certas atividades da CAAPE, através dos quais dados pessoais comuns (e, eventualmente, sensíveis) são coletados consoante a relação estabelecida com o Titular, a exemplo de nome completo, CPF, RG, sexo, endereço, telefone, celular, e-mail, outras informações pessoais contidas em documentos anexados, dentre outros.

➤ **DADOS DE CONTATO**

O Titular que deseja apresentar um elogio, informação, reclamação, sugestão, solicitação ou manifestação perante a “Ouvidoria” ou mediante o recurso “Fale Conosco” da CAAPE, ou deve preencher os formulários pertinentes disponibilizados no site, através dos quais podem ser

coletados dados pessoais comuns (e, eventualmente, sensíveis), tais como nome, CPF, profissão,, e-mail, endereço, telefone, dentre outros.

➤ **DADOS PARA SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO “PRERROGATIVAMENTE”**

A CAAPE, que realizará, através do serviço “PRERROGATIVAMENTE”, que é o programa de atenção à saúde mental para os advogados e advogadas que tiverem suas prerrogativas violadas, **o atendimento por assistente social ou psicólogo** os quais **terão acesso a todos os dados** relativos à manifestação realizada através do canal e em outros meios. Para acesso e utilização do serviço “Prerrogativamente”, o advogado ou estagiário interessado, preencherá o formulário online disponibilizado no site da OAB/PE que será atendido pela CDAP, e se necessário, realizará o suporte jurídico para este(a) profissional que foi vítima e, observando a demanda do caso, será encaminhado a CAAPE.

➤ **DADOS DE MANIFESTAÇÃO VIA OUVIDORIA**

Através do Canal de Integridade da OAB/PE, à disposição do público, a CAAPE receberá informações de atos praticados por dirigentes, funcionários e colaboradores que não estejam em conformidade com o Código de Conduta da instituição. Por qualquer dos três meios disponibilizados para o recebimento de informações ou manifestações através da Ouvidoria (e-mail, telefone, presencialmente ou site), o Titular pode, ao abrir uma manifestação, de acordo com as opções que lhe são apresentadas, fornecer dados pessoais obrigatórios sobre si mesmo ou terceira pessoa envolvida no caso que deseja relatar, tais como nome, CPF

Note-se que, a depender da opção de manifestação escolhida, o Titular denunciante ficará anônimo para a CAAPE, podendo identificar-se apenas para a empresa de consultoria que gere o Canal de Integridade da CAAPE (Manifestação Sigilosa).

➤ **DADOS DE ACESSO A OUTROS SERVIÇOS DA CAAPE**

Para acesso a diversos serviços oferecidos diretamente pela CAAPE, tais como “Plano Odontológico”, “CAAPE+Psicologia”, “Auxílio Funeral”, “Auxílio Maternidade”, “Pedal CAAPE”, “Campanha de Vacinação”, Jus Brasil para poder acessar durante 12 meses a plataforma do *“JusBrasil Pesquisa Jurídica Básica”*, dentre outros disponibilizados no site, o Titular deve fornecer números de CPF, de inscrição na OAB, dentre outros solicitados de acordo com o tipo e finalidade de cada serviço. A CAAPE se compromete a tratar os dados pessoais estritamente necessários para o benefício disponibilizado.

No caso de Convênios, a CAAPE firma o convênio diretamente com as empresas, mas não compartilha os dados dos advogados, que os disponibilizarão, caso queiram, por sua livre vontade, diretamente às respectivas conveniadas.

➤ **DADOS FINANCEIROS**

Quando o Titular solicita ou utiliza certos serviços prestados pela instituição, a CAAPE coleta dados pessoais financeiros relativos a anuidades, taxas ou emolumentos recolhidos pela instituição, como dados de cartão de crédito, dados bancários, bem como gera informações financeiras sobre o Titular, a exemplo de valores pagos e a pagar, formas de pagamento adotadas, detalhes sobre acordos de pagamento de dívida, dentre outras informações.

➤ **DADOS DE REGISTRO E NAVEGAÇÃO**

O site da CAAPE coleta e armazena, de um modo automático, por meio de cookies e outras tecnologias semelhantes, registros e informações sobre o uso do site advindos do navegador ou dispositivo de acesso utilizado pelo Titular, incluindo informações relativas à interação do Titular

com os conteúdos e os Serviços disponibilizados no site. Esses cookies permitem à CAAPE, por exemplo, identificar o endereço IP do Titular e entender como o site está sendo usado, com o objetivo de melhorar a experiência de navegação. Para maiores informações sobre dados pessoais que são ou podem ser coletados durante a navegação dos Titulares através de cookies, acesse a Política de Cookies do Site da CAAPE .

- **CONTEÚDOS DE EVENTOS E REUNIÕES, PRESENCIAIS OU ONLINE:**
No âmbito de reuniões e eventos, presenciais ou online, dos quais a CAAPE participa, sejam ou não de sua iniciativa, a instituição gera/coleta registros/gravações de vídeo, nome, imagem e/ou voz e informações pessoais de participantes desses eventos e reuniões. Esses conteúdos podem ser publicados, parcial ou integralmente, no site e nas mídias sociais da CAAPE, a exemplo de nomes e fotos nas quais figuram Titulares.
Ao participar dos eventos, o Titular dos dados, tem conhecimento que a CAAPE poderá usar seu nome, suas imagens, vídeos, fotos e seus depoimentos nas redes sociais e em outros meios, para divulgação dos eventos.
- **IMAGENS/VÍDEOS DE VIGILÂNCIA:**
Para garantir a segurança nas dependências físicas da CAAPE, a instituição gera/coleta registros/gravações de imagens e/ou vídeos de câmeras de segurança/vigilância (ex: CFTV) etc.
- **DADOS QUE COLETAMOS DE OUTRAS FONTES:**
A CAAPE pode coletar dados de outras fontes, como por exemplo bases de dados públicas, dados do CFOAB, dados de perfis públicos em mídias sociais, dentre outros.

Quais as finalidades de uso dos dados pessoais?

A CAAPE é responsável pelo tratamento de dados pessoais dos Titulares, na condição de Controladora de dados, segundo a definição constante desta Política e da LGPD. Nesse sentido, coleta, processa, usa, armazena e realiza outras modalidades de tratamento de dados pessoais com as seguintes finalidades:

- **PRESTAR SERVIÇOS E ATENDIMENTOS A SEUS PÚBLICOS:**
Através de seus programas e atividades tais como “Rede de apoio CAAPE para vítimas de violências de raça, orientação sexual e identidade de gênero”, “Rede de apoio CAAPE para vítimas de violências domésticas”, “Estacionamento”, “Plano Odontológico”, “CAAPE+Psicologia”, “Auxílio Funeral”, “Auxílio Maternidade”, “Pedal CAAPE”, “Campanha de Vacinação”, “Consultórios”, Van Saúde **CAAPE** Mulher, Exames gratuitos dentre outros disponibilizados no site.
- **CUMPRIR OBRIGAÇÃO LEGAL OU REGULATÓRIA:**
 - Decidir os pedidos de inscrição na CAAPE de advogados, estagiários, dependentes beneficiários e manter cadastro de seus inscritos;
 - Cumprir determinações judiciais e administrativas impostas à CAAPE;
 - Prestar contas perante a sociedade;
 - Obedecer às demais normas que regem a advocacia.
- **EXERCER DIREITOS EM PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO:**
 - Atuar em processo judicial ou administrativo em defesa dos melhores interesses da CAAPE.

- **PROMOVER E DIVULGAR EVENTOS E REUNIÕES:**
 - Divulgar reuniões e eventos, presenciais ou online, dos quais a CAAPE participa, sejam ou não de sua iniciativa;
 - Publicar no site e demais redes sociais da CAAPE registros/gravações de vídeo, imagem e/ou voz e informações pessoais de participantes desses eventos e reuniões;

- **COMUNICAR-SE COM O TITULAR:**
 - Responder ao contato do Titular, por qualquer dos canais disponibilizados para contato (site, mídias sociais, e-mail, aplicativo, dentre outros), de acordo com a relação estabelecida com o Titular;
 - Enviar comunicados institucionais da CAAPE e/ou de entidades ligadas à CAAPE, através de comunicação por e-mail e/ou outro canal;
 - Realizar pesquisas através do site, por sistemas de pesquisas terceirizados, por e-mail ou por SMS, com o intuito de avaliar e melhorar os serviços da CAAPE.

- **DETECTAR E EVITAR FRAUDES:**
 - Verificar, sempre que for necessário, através de diversas formas e tecnologias, a identidade do Titular;
 - Investigar e evitar possíveis fraudes ou atividades ilegais.

- **GERIR O USO, O FUNCIONAMENTO E O DESEMPENHO ADEQUADO DO SITE, DAS MÍDIAS SOCIAIS E DOS SERVIÇOS CAAPE:**
 - Proporcionar funcionalidades no site para navegação pelos Titulares;
 - Manter o site protegido, incluindo no que se refere ao controle da segurança e de gestão da identidade;
 - Monitorar, analisar, desenvolver, testar e melhorar continuamente o uso, o funcionamento e o desempenho do site, e dos Serviços CAAPE.

- **CONCEDER BENEFÍCIOS AO ADVOGADO E APRIMORAR SUA EXPERIÊNCIA:**
 - Mediante consentimento expresso, livre e inequívoco do Titular ou, em alguns casos específicos, com base em interesse legítimo da CAAPE, enviar ofertas, descontos, informativos/newsletters ou informações sobre serviços e eventos da CAAPE ou de instituições ligadas à CAAPE, a exemplo da OAB/PE, ESA, CFOAB, por e-mail e outros meios de comunicação.

No caso de utilização da base legal do interesse legítimo, a CAAPE buscará enviar somente anúncios ou informações que possam interessar aos Titulares, no limite de suas expectativas e sem prejuízo aos seus interesses, direitos e liberdades fundamentais. A qualquer momento o Titular poderá se descadastrar pelo próprio e-mail e, assim, não receber mais anúncios ou informações da CAAPE.

Se a base legal for a do consentimento, o Titular poderá revogar o seu consentimento a qualquer momento, através de requerimento por e-mail (dpo@caape.org.br) dirigido ao Encarregado de Proteção de Dados da CAAPE, conforme previsto abaixo nesta Política de Privacidade, e a CAAPE deixará de tratar os dados pessoais do Titular para essa finalidade específica. O Titular fica ciente de que: 1) a retirada do consentimento pode gerar algumas consequências diretas ou indiretas nos serviços e atividades prestadas pela CAAPE em seu favor; e 2) os tratamentos realizados pela CAAPE antes de sua revogação não são por ela atingidos, sendo certo que o pedido de revogação não implicará na eliminação dos dados pessoais objeto de tratamentos anteriores e que sejam mantidos segundo outras hipóteses legais.

Toda comunicação com o Titular, seja por telefone, por e-mail ou qualquer outro canal, inclusive redes sociais, poderá ser gravada e guardada para fins de comprovação de contato e auditoria de atendimentos.

O tratamento de dados pessoais do Titular, para as finalidades acima informadas, é realizado com base nas hipóteses previstas na LGPD.

Com quem a CAAPE compartilha os dados pessoais

Para atendimento das finalidades informadas nesta Política de Privacidade, os dados pessoais dos Titulares poderão ser compartilhados com terceiros, conforme adiante indicados. Nessas situações, a instituição adota as medidas adequadas para garantir que os dados pessoais são tratados apenas no mínimo necessário para a finalidade visada.

➤ PARCEIROS, FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

Os dados pessoais do Titular também podem ser compartilhados com terceiros que atuam em parceria com a CAAPE ou são por ela subcontratados para a realização de certos tratamentos de dados pessoais, a exemplo dos seguintes:

- Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco, para cumprimento de parcerias, contratos e obrigações legais;
- Escola Superior de Advocacia de Pernambuco (ESA-PE), para permitir o acesso a serviços oferecidos pela instituição de ensino;
- Empresa de consultoria Deloitte, entidade externa independente que gere o Canal de Integridade utilizado pela CAAPE, para apuração e investigação de atos e situações que não estejam de acordo com o Código de Conduta ou que possam prejudicar a instituição ou algum de seus públicos;
- Instituições financeiras, provedores de meios de pagamento ou empresas operadoras de cartão de crédito, a depender da modalidade de cobrança ajustada com o Titular, para processar os pagamentos devidos à CAAPE, seja a que título for.

As informações pessoais só são compartilhadas com terceiros se eles tiverem um relacionamento comercial e contrato firmado com a CAAPE, sempre com respeito aos termos da legislação aplicável, sendo vedada a utilização dos dados pessoais para finalidades além daquelas relativas ao desempenho de obrigações contratuais, legais e regulatórias por esses terceiros.

➤ AUTORIDADES PÚBLICAS

Em determinadas situações, a CAAPE compartilha dados pessoais com autoridades públicas para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, para o exercício regular de direitos da instituição em processo judicial ou administrativo, para a proteção do Titular ou proteção de terceiros, para a investigação de fraudes ou para responder a pedidos formulados por autoridades. Nesses casos, a CAAPE irá compartilhar o mínimo de informações necessárias para alcançar a finalidade visada.

Interação com sites de terceiros

Alguns sites ou mídias sociais externos à CAAPE podem fornecer links ou dar a possibilidade de conexão com o site da CAAPE. Acionar esses links ou permitir a conexão poderá ensejar a coleta e o compartilhamento de

informações do Titular por terceiros. Recomenda-se, portanto, que o Titular sempre verifique as políticas de privacidade e os termos de uso de sites ou serviços que não estão sob a responsabilidade da CAAPE, antes de fornecer a eles seus dados pessoais.

A CAAPE não se responsabiliza pelas práticas de privacidade de sites ou mídias sociais de terceiros que possuem link no site da instituição (Por exemplo: Facebook, Instagram, Youtube, Twitter), sendo recomendável que o Titular leia as respectivas políticas de privacidade e de cookies para saber como esses terceiros realizam ou podem realizar o tratamento de dados pessoais.

Transferência internacional de dados pessoais

Os dados pessoais que a CAAPE trata são armazenados em servidores da OAB/PE localizados no Brasil, mas a instituição poderá realizar transferência de dados para fora do território brasileiro, para finalidades específicas. Nesse caso, em obediência aos ditames da LGPD, a CAAPE adotará medidas adequadas de proteção de dados durante o processo da transferência dos dados pessoais, implementando controles alinhados a padrões técnicos e regulatórios de mercado em segurança, privacidade e proteção de dados, aptos a proteger os dados pessoais dos Titulares.

Por quanto tempo são conservados os dados pessoais

A CAAPE guarda os dados pessoais dos Titulares com toda a segurança, de acordo com os períodos necessários para o cumprimento das finalidades descritas nesta Política de Privacidade, a não ser que um prazo de retenção superior seja exigido ou permitido por lei ou regulamento.

Os dados pessoais serão mantidos durante o período de vínculo com a CAAPE ou até quando a finalidade de determinada coleta de dados pessoais do Titular for alcançada, mas poderão ser retidos por mais tempo, conforme necessário para conservação de registros e para fins de conformidade legal e regulatória. Nesse sentido, a CAAPE deve seguir prazos de guarda específicos para cumprimento de obrigações previstas nas legislações que regem as diversas atividades ofertadas, obrigações previstas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/ 2014), obrigações fiscais e de origem contábil, dentre outras, conservando os dados pessoais necessários pelos períodos mínimos exigidos pela legislação aplicável.

Também serão armazenados alguns dados para garantir o exercício regular de direitos da CAAPE pelos prazos prescricionais previstos na legislação brasileira.

Os dados pessoais coletados com base no consentimento do Titular serão conservados enquanto durar a relação com ele e desde que ele não tenha revogado seu consentimento ou solicitado a eliminação de seus dados pessoais coletados e tratados com base no consentimento, observado o disposto nesta Política sobre o exercício de direitos de titular de dados.

No caso de término do tratamento de dados pessoais, a CAAPE adotará as providências necessárias à eliminação dos dados, ficando ressalvadas as hipóteses estabelecidas pela legislação aplicável ou pela presente Política de Privacidade quanto à retenção de certos dados pela instituição ou bloqueio do acesso aos dados pessoais ainda mantidos.

O Titular fica ciente de que a CAAPE possui regras internas que dispõem sobre a conservação e o descarte de dados pessoais, visando a assegurar que os mesmos deixarão de ser utilizados no tempo adequado e de forma segura.

Como são protegidos os dados pessoais?

Além de observar as diretrizes sobre padrões de segurança no tratamento de dados pessoais conforme previstas em lei e regulamentos aplicáveis à instituição e à atividade da advocacia, a CAAPE adota práticas

alinhadas aos padrões técnicos e regulatórios de mercado em segurança, privacidade e proteção de dados, com ações na área de tecnologia e de gestão de processos organizacionais.

Nesse sentido, a CAAPE implementa diversos controles de segurança para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e a ocorrência de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, tais como medidas de proteção física e lógica dos ativos, comunicações criptografadas, gestão de acessos, políticas internas de conformidade, dentre outras.

Também exige contratualmente de seus prestadores de serviços, fornecedores e outros parceiros um nível aceitável de segurança da informação, com base em boas práticas de mercado.

Além disso, a CAAPE restringe o acesso aos dados pessoais somente por pessoas autorizadas e capacitadas para o tratamento adequado, as quais estão sujeitas a obrigações de confidencialidade e sigilo, dentre outras afins.

Quais os direitos dos Titulares?

Com o intuito de preservar a liberdade, intimidade e privacidade do Titular, este pode, a qualquer momento, exercer, junto ao Encarregado de Proteção de Dados da CAAPE, através de requerimento por e-mail (dpo@caape.org.br), os direitos previstos na LGPD em relação aos seus dados pessoais, em especial:

➤ **DIREITO DE CONFIRMAÇÃO, INFORMAÇÃO E ACESSO**

O Titular pode pedir para confirmar a existência de seus dados pessoais em sistemas da CAAPE. Uma vez confirmada a existência, pode solicitar o acesso aos seus dados pessoais a qualquer momento.

➤ **DIREITO DE CORREÇÃO DE DADOS**

O Titular pode solicitar a correção dos dados pessoais que considerar incompletos, inexatos ou desatualizados. Caso a instituição não possa, por razões técnicas ou legais/regulamentares, atender ao pedido do Titular, este será informado dos motivos que impedem à instituição de seguir com o atendimento.

➤ **DIREITO DE REVOGAÇÃO DE CONSENTIMENTO**

O Titular pode revogar algum consentimento que tenha fornecido à CAAPE, mas fica ciente de que a retirada do consentimento pode gerar algumas consequências diretas ou indiretas nos serviços e atividades prestadas pela CAAPE em seu favor. Tendo isso em vista, antes de atender ao pedido do Titular, este será esclarecido acerca das consequências dessa retirada, para que não lhe ocorram imprevistos.

O Titular fica ciente de que os tratamentos realizados pela CAAPE antes de sua revogação não são por ela atingidos, sendo certo que o pedido de revogação não implicará na eliminação dos dados pessoais objeto de tratamentos anteriores e que sejam mantidos segundo outras hipóteses legais.

➤ **DIREITO DE ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS COM BASE EM SEU CONSENTIMENTO**

Além de poder exercer os direitos acima, o Titular pode solicitar a eliminação de seus dados pessoais coletados e tratados com base no consentimento que previamente forneceu à CAAPE. Caso a instituição não possa, por razões técnicas ou legais/regulamentares, ou, ainda, com fundamento em outras hipóteses admitidas por lei, atender ao pedido do Titular, este será informado dos motivos que impedem à instituição de seguir com o atendimento.

➤ **DIREITO DE INFORMAÇÃO SOBRE COMPARTILHAENTO**

O Titular tem o direito de ser informado sobre as formas pelas quais a CAAPE compartilha seus dados pessoais com terceiros, sejam do setor público, sejam do setor privado. É importante que o Titular esteja atento às informações sobre compartilhamento de dados pessoais que já se encontram nesta Política de Privacidade.

➤ **DIREITO DE OPOSIÇÃO**

O Titular poderá se opor ao tratamento de seus dados pessoais com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, caso considere que, em relação a esse tratamento, a CAAPE está agindo em desacordo com a LGPD. Caso a CAAPE não possa, por razões técnicas ou legais/regulamentares, ou, ainda, com fundamento em outras hipóteses admitidas por lei, atender ao pedido do Titular, este será informado dos motivos que impedem à instituição de seguir com o atendimento.

Além dos direitos acima, o Titular sempre poderá realizar uma requisição ou solicitação ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais da CAAPE ou à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) sobre situações que envolvam o tratamento de seus dados pessoais.

Em prol da segurança do Titular e prevenção de fraudes, sempre que o Titular dirigir à instituição um pedido relativo ao exercício de direito de titular de dados, o pedido será avaliado após serem tomadas as medidas necessárias para confirmar a identidade do Titular.

Encarregado de Proteção de Dados

Se o Titular deseja apresentar sugestões ou reclamações, fazer solicitações ou obter esclarecimentos relacionados a esta Política de Privacidade ou caso queira exercer seus direitos de titular de dados pessoais, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados da CAAPE (também conhecido como DPO, sigla derivada da designação *Data Protection Officer*), que atua como canal de comunicação entre os Titulares, a CAAPE e a ANPD.

Encarregado de Proteção de Dados da CAAPE (DPO – *Data Protection Officer*)

Escritório de Advocacia: **Hissa & Galamba Advogados**

Contato: Dra. **Carmina Bezerra Hissa**

E-mail: dpo@caape.org.br

Privacidade de menores

A utilização ou acesso do site da CAAPE, e/ou dos Serviços CAAPE não são dirigidos a menores de idade. Caso a CAAPE seja notificada ou suspeite de que um Titular menor tenha fornecido seus dados pessoais em desconformidade com a legislação aplicável, serão adotadas as providências necessárias, inclusive no que diz respeito ao imediato bloqueio do Titular e, se for o caso, à comunicação às autoridades competentes.

Os dados de crianças e adolescentes serão tratados conforme os termos desta Política, observando, adicionalmente, as seguintes especificidades:

No que se refere aos dados baseados em consentimento – a CAAPE só tratará dados de crianças mediante consentimento dos pais ou do responsável legal, nos termos da Lei.

Em relação aos dados de menores até 16 anos incompletos e no caso de tratamentos de dados fundados em outras bases legais, a CAAPE operará em conformidade ao que dispuser a LGPD, o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis à espécie.

O tratamento de dados pessoais de menores somente ocorrerá em decorrência da autorização expressa do seu representante legal e nas bases legais e finalidades adequadas.

Outras declarações do Titular

O Titular reconhece que toda comunicação realizada por e-mail e outras formas de comunicação, entre Titular e a CAAPE (inclusive com o Encarregado de Proteção de Dados), é válida como prova.

No relacionamento com a CAAPE, o Titular declara que fornece dados precisos e verdadeiros, sendo o único responsável pela exatidão e veracidade de seus dados, bem como, no caso de desatualização, por mantê-los atualizados.

Lei aplicável

Este documento é regido e deve ser interpretado de acordo com as leis brasileiras.

Atualização da Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade poderá sofrer alterações ao longo do tempo, seja para cumprir requisitos legais e regulamentares que venham a surgir, seja para satisfazer novas necessidades institucionais. Cabe ao Titular verificá-la previamente a cada vez que acessar o site da CAAPE, o APP CAAPE Digital ou qualquer Serviços CAAPE. Para facilitar, a data da última atualização da presente Política está indicada no início do documento.